



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



RS extrai 3,8 milhões de toneladas de calcário

Maior produtor do mineral é Caçapava do Sul, que concentra 85% da produção e sete das 10 empresas do setor

Samuel da Rosa, de Bagé

O calcário, mineral utilizado em propriedades rurais para a correção da acidez do solo e o aumento da produtividade agrícola, movimenta por ano uma produção de 3,8 milhões de toneladas. A estimativa é do Sindicato da Indústria de Extração de Mármore, Calcário e Pedras do Rio Grande do Sul (Sindicalc), que defende que o setor tem papel fundamental na economia do Estado.

“A primeira providência (de todo produtor): use calcário do Rio Grande do Sul”, advoga o presidente da entidade, Roberto Zamberlan. Segundo o dirigente, o maior município produtor do mineral no Estado é Caçapava do Sul, que concentra 85% da produção. “No setor, empregamos diretamente cerca de 1.200 a 1.300 trabalhado-

res, mas o impacto na economia é muito maior, com aproximadamente 4 mil empregos indiretos, o que totaliza entre 5 mil e 5,5 mil pessoas envolvidas na cadeia produtiva”, estima.

De acordo com o Sindicalc, o Rio Grande do Sul conta atualmente com 10 unidades de produção, sendo sete localizadas em Caçapava do Sul.

Além disso, há unidades em Hulha Negra, Pântano Grande e Arroio Grande, que também contribuem para o volume de extração e beneficiamento do insumo.

A utilização do calcário na agricultura é considerada um fator essencial para a melhoria da fertilidade do solo. O mineral é responsável por fornecer cálcio para as plantas, um elemento crucial para o crescimento saudável das raízes e a absorção eficiente de nutrientes. “Estudos conduzi-

dos por instituições como a Embrapa e universidades mostram que, depois da água, o cálcio é o nutriente mais importante para as plantas. E o principal fornecedor desse elemento é o calcário, um insumo acessível e essencial para a produtividade agrícola”, destaca Zamberlan.

O dirigente explica que, ao reduzir a acidez do solo, o calcário melhora a estrutura e aumenta a disponibilidade de nutrientes para as culturas. Além disso, seu uso possibilita maior resistência das plantas a pragas e doenças, reduzindo a necessidade de defensivos agrícolas.

A demanda pelo insumo é impulsionada pelo setor agropecuário, que busca constantemente melhorar a qualidade da produção de grãos, pastagens e fruticultura. Com isso, o Rio Grande do Sul se mantém como um dos principais produtores de calcário do país, abastecendo não apenas propriedades rurais locais, mas



SINDICALC/DIVULGAÇÃO/JC

Expectativa é de maior produção em função da expansão da agricultura

também outras regiões do Brasil.

A expectativa do setor é que, nos próximos anos, a extração de calcário continue crescendo, acompanhando a expansão da agricultura e das práticas sustentáveis no campo.

Para Zamberlan, investir na produção local é uma forma de garantir a qualidade do produto e

impulsionar a economia estadual.

“Nossa orientação para os produtores é clara: usem o calcário do Rio Grande do Sul. Ele tem alta qualidade e proporciona resultados expressivos no aumento da produtividade agrícola. O solo responde de forma positiva, e a rentabilidade do agricultor cresce significativamente” finaliza.

Bagé decreta restrições ao uso da água devido à estiagem severa

A estiagem severa que acomete cidades em todas as regiões do Rio Grande do Sul levou a Prefeitura de Bagé a decretar, na última sexta-feira, medidas emergenciais para conter o desperdício de água e preservar os reservatórios.

O Decreto Municipal nº 51/2025, assinado pelo prefeito Luiz Fernando Mainardi (PT) impõe restrições ao uso da água potável na zona urbana e rural, en-

quanto a situação hídrica segue sendo monitorada.

Entre as principais restrições determinadas pelo documento, estão a proibição do uso de água da rede pública para lavagem de veículos, calçadas, fachadas e pátios, além da irrigação de gramados e reposição de piscinas. O decreto também estabelece que postos de lavagem não poderão utilizar água potável para suas atividades.

Segundo o Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé (Daeb), quem descumprir as normas poderá ser penalizado com advertências, multas e, em casos de reincidência, até o corte temporário do fornecimento.

A multa será equivalente a quatro vezes o valor da fatura mensal do infrator. Para evitar desperdício, a população pode denunciar irregularidades pelos tele-

fonos (55) 3240-7800 e 115. O documento assinado por Mainardi também autoriza o Daeb a adotar um racionamento de água, caso os níveis dos reservatórios continuem baixando. Ainda não há uma data para o início dessa medida, mas uma alternativa inicial poderá ser a interrupção do abastecimento durante a madrugada. Um rodízio mais amplo, com cortes de 12 horas, não está descartado, mas só será implementado se houver necessidade, informou o Daeb por meio de suas redes sociais.

A situação de emergência devido à estiagem já havia sido decretada por Mainardi no início do mês, em um esforço para agilizar a busca por recursos estaduais e federais. A medida reconhece os impactos da seca na economia e na rotina da população.

De acordo com o laudo da Emater/RS-Ascar, emitido no dia 14 de fevereiro, o volume total de chuvas entre 20 de dezembro de 2024 e 11 de fevereiro de 2025 foi de apenas 88 milímetros, concentrados principalmente na sede do município. O período também foi marcado por duas ondas de calor extremo, o que agravou os prejuízos na produção agropecuária. As perdas foram estimadas em R\$ 77,26 mi-

lhões, sendo R\$ 70,2 milhões na cultura da soja e R\$ 7 milhões na bovinocultura de leite e de corte.

Além das perdas no campo, a estiagem afetou diretamente o abastecimento de água. O Daeb registrou que, entre 1º de novembro e 11 de fevereiro, 3.160 pessoas na área urbana e 266 moradores da zona rural precisaram ser atendidos com caminhões-pipa, demonstrando a gravidade da crise hídrica.

Outra medida considerada fundamental para a resolução dos problemas de abastecimento hídrico em Bagé, a construção da Barragem de Arvorezinha, iniciada há 17 anos, está ainda longe da conclusão. Em entrevista ao Jornal do Comércio, o presidente do Comitê Gestor da Barragem, César Augusto Gomes Scalcon, estima que até o fim do ano a obra alcance até 40% de execução, com finalização esperada para 2028.

Enquanto isso, a orientação é para que a comunidade utilize a água com responsabilidade, priorizando consumo e higiene. A expectativa das autoridades é que a conscientização e as restrições impostas pelo decreto ajudem a minimizar os impactos da estiagem até que a situação volte à normalidade.



MURILO GONÇALVES/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Essencial para resolver crises de abastecimento, Barragem de Arvorezinha deve ser concluída em 2028